

20. Apoio às visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo e pré-escolar - ano letivo 2023-2024.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de transferência de 18.760,00 euros de comparticipações para apoio às visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo e pré-escolar - ano letivo 2023-2024, nos termos previstos no Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 2616

Data: 15/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Apoio às visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo e pré-escolar - ano letivo 2023-2024

PROPOSTA:

A alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribui aos municípios a competência para Deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriormente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro vieram definir as novas regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais na área da educação, derogando desta forma, as transferências e delegações nesta matéria estabelecidas pela Lei n.º 159/99, de 4 de setembro, diploma que até já havia sido revogado pela Lei n.º 75/2013.

O artigo 11.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, atribui aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional, a competência de apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar.

O artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 estabelece que a ação social escolar, nas suas diferentes modalidades, é desenvolvida pelas câmaras municipais, concretizando que esta competência inclui a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos, integrais ou parciais, gratuitos ou comparticipados.

O artigo 34.º do mesmo diploma determina que o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar é estabelecido em diploma próprio.

Enquanto o diploma previsto no citado artigo 34.º não for aprovado ou entrar em vigor, mantêm-se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável à ação social escolar, em tudo o que não for contrário ao Decreto-Lei n.º 21/2019.

Assim sendo, manter-se-á em vigor o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 02 de março, bem como o Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018, na medida em que não contrariem o definido no Decreto-Lei n.º 21/2019.

Ora, o artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, na alínea e), determina expressamente a revogação dos artigos 8.º, 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, sendo três artigos que regulavam a distribuição de responsabilidades e competências em matéria de ação social e prestação de auxílios económicos entre a administração central, municípios e agrupamentos de escolas.

Conjugando a regulamentação aplicável à ação social ainda em vigor – em concreto o disposto no Despacho n.º 8452-A/2015 – com as regras relativas à transferência de competências para as autarquias locais em vigor também – em concreto a Lei n.º 50/2018 e o Decreto-Lei n.º 21/2019 – a responsabilidade pelo apoio da ação social às visitas de estudo para todos os níveis de ensino – 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário – será dos municípios.

No entanto, a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário justificado por uma opção orçamental e nesse sentido esta responsabilidade não está refletida nas verbas transferidas para o município pelo Fundo de Financiamento da Descentralização – FFD ou pelo Fundo Social Municipal – FSM (face ao disposto no artigo 55.º, n.º 4 da Lei do Orçamento para 2023, a Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro).

Na medida em que a DGEstE tem vindo a assumir o apoio da ação social às visitas de estudo para os 2.º e 3.º ciclos e secundário, no ano letivo 2023-2024 o município vai apoiar as visitas de estudo no âmbito da ação social escolar para o 1.º ciclo, nos termos previstos no Despacho n.º 8452-A/2015, na redação atribuída pelos Despachos n.º 5296/2017 e n.º 7255/2018.

Ainda que não previsto nos Despachos acima mencionados, o município assumirá o mesmo apoio, e nos mesmos moldes, para o ensino pré-escolar.

O artigo 15.º-A do Despacho n.º 8452-A/2015 prevê a comparticipação das visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos estudantes que sejam beneficiários dos escalões 1 e 2 do abono de família, correspondentes aos escalões A e B da ação social escolar, até um limite máximo por aluno de 20,00€ |escalão A e 10,00€ |escalão B.

Adaptando à nossa realidade o procedimento definido no citado despacho para envio da informação à DGEstE, foi solicitado aos agrupamentos escolares que até ao final do 1.º período letivo fosse remetido para o município o respetivo plano de visitas de estudo referente ao ano letivo, para o 1.º ciclo e para o ensino pré-escolar, com a calendarização de cada visita e a previsão de alunos beneficiários participantes por escalão.

De acordo com a informação remetida pelos Agrupamentos de Escolas, propõe-se a transferência de 18.760,00 euros de comparticipações nos termos da tabela abaixo, segundo o pressuposto de que cada aluno(a) – escalão A e escalão B – é apoiado uma vez no ano letivo, sendo transferidos os valores máximos correspondentes a cada criança/aluno(a) de uma única vez – 20,00€ no escalão A e 10,00€ no escalão B.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	N.º ALUNOS ESCALÃO A	N.º ALUNOS ESCALÃO B	Valor a transferir Escalão A	Valor a transferir Escalão B	TOTAL AE
AE Alberto Sampaio	98	121	1 960,00 €	1 210,00 €	3 170,00 €
AE André Soares	43	38	860,00 €	380,00 €	1 240,00 €
AE Braga Oeste	23	35	460,00 €	350,00 €	810,00 €
AE Carlos Amarante	57	87	1 140,00 €	870,00 €	2 010,00 €
AE Celeirós	41	82	820,00 €	820,00 €	1 640,00 €
AE D. Maria II	25	34	500,00 €	340,00 €	840,00 €
AE Dr. Francisco Sanches (*)			- €	- €	- €
AE Maximinos	128	75	2 560,00 €	750,00 €	3 310,00 €
AE Mosteiro e Cávado	34	61	680,00 €	610,00 €	1 290,00 €
AE Real	63	67	1 260,00 €	670,00 €	1 930,00 €
AE Sá de Miranda	13	59	260,00 €	590,00 €	850,00 €
AE Trigal Santa Maria	33	82	660,00 €	820,00 €	1 480,00 €
CMCG	4	11	80,00 €	110,00 €	190,00 €
(*) Não prevê visitas de estudo para pré-escolar e 1.º ciclo no PA 23.24 do AE				TOTAL	18 760,00 €

O (a) Chefe de Divisão